

Cidades em rede e redes de cidades. Torres Novas na rede das cidades educadoras.

Jorge Salgado Simões - jorge.simoes@cm-torresnovas.pt ;

cidades, redes, cidades educadoras

Quando nos referimos à cidade em rede, reportamo-nos à necessidade de pensar, planear, agir na cidade, como espaço relacional que é, ou seja, o território de um vasto e complexo conjunto de relações, entre residentes, visitantes ou transeuntes esporádicos, entre espaços de habitação, lazer ou trabalho, entre as diferentes comunidades profissionais, artísticas, políticas ou outras que a constituem, entre o espaço da cidade e espaço envolvente, entre a cidade e outras cidades.

Num mundo que é cada vez mais urbano, tem emergido nas últimas décadas um novo tipo de relacionamento entre cidades, não caracterizado por relações hierárquicas, mas sim por uma lógica de integração horizontal subordinada a diferentes temáticas, interesses ou áreas de actuação, que contribui para um novo tipo de diplomacia internacional que se estabelece entre espaços urbanos à escala mundial.

As redes de cidades, que parecem corresponder a uma resposta da gestão urbana à globalização e à necessidade sentida pelos espaços urbanos em se inserir em espaços de diálogo internacional, têm desempenhado um importante papel de partilha de experiências e difusão de boas práticas, alimentando o aparecimento de novas redes e o próprio crescimento do número de cidades que aderem a este tipo de organizações associativas de cidades.

Com a presente comunicação, recorrendo a um exemplo concreto, pretende-se perceber as lógicas de funcionamento das redes internacionais de cidades. Deste modo, analisamos os principais mecanismos de actuação do movimento das Cidades Educadoras, no que respeita ao todo da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), à observação do seu modelo de funcionamento por redes territoriais com o caso das cidades portuguesas aderentes, e à forma como estas adesões se concretizam do ponto de vista de cada uma das cidades, com a análise ao envolvimento e participação do Município de Torres Novas.

Por definição, a Cidade Educadora é ela própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza, com todos os seus actores, instituições e intervenientes do espaço urbano, para

oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos, numa tentativa de aproximação dos cidadãos ao seu território.

De uma primeira reunião realizada em 1990 com 63 cidades de 21 países, nasce a AICE, com sede em Barcelona, que junta hoje mais de 400 governos locais eleitos democraticamente, em representação de todos os continentes, mas muito concentrados em Portugal, Espanha, França, Itália e em alguns países da América Latina, em torno de uma carta de princípios de actuação, que visa, então, a construção da Cidade Educadora nos diferentes contextos territoriais que se associam ao movimento.

Relativamente à sua organização, a AICE definiu estruturas temáticas e territoriais, delegações e redes nacionais, procurando facilitar e ampliar o trabalho de cooperação e troca de experiências entre os seus membros. Para o mesmo efeito, foram criadas diferentes ferramentas de comunicação e espaços próprios para o contacto entre as cidades, e a constituição de um banco internacional de documentos de cidades educadoras, repositório de experiências que todas as cidades podem consultar.

Se o trabalho de cooperação em torno de uma ideia de Cidade Educadora baseada numa carta de Princípios e o próprio modelo de funcionamento em rede, podem ser referenciados como mais valias da AICE, do lado das dificuldades há que referir a volatilidade do envolvimento das cidades face aos períodos eleitorais, as dificuldades de ampliação da implantação geográfica do movimento e a relativa restrição das participações ao nível dos departamentos municipais com o pelouro da educação, contrária ao próprio conceito de Cidade Educadora.

Em Portugal o movimento implantou-se a partir da participação de Lisboa e Porto na primeira reunião de Barcelona, em 1990, mas foram sobretudo dois momentos centrais que fomentaram a sua expansão: em 2000, a realização do VI Congresso Internacional em Lisboa, que deu visibilidade à AICE no país, mobilizando, para além do município de Lisboa, alguns municípios da sua área metropolitana; e em 2005, a organização da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), com um modelo de funcionamento próprio, plano de actividades e instrumentos de divulgação, que permitiu um maior conhecimento por parte de todos os municípios portugueses, sendo que, nesta altura, são 37 os municípios portugueses associados.

O município de Torres Novas é associado da AICE há relativamente pouco tempo (2006), registando, ainda assim, uma participação relevante no âmbito das actividades da RTPCE. É, desde o final de 2008, membro da comissão de coordenação, já organizou um Encontro

Nacional (2007), integra o conselho editorial do boletim da rede, participou com apresentações de experiências nos dois últimos Congressos Nacionais, tendo participado nos IX e X Congressos Internacionais, em Lyon (2006) e São Paulo (2008), sendo que, neste último, apresentou um projecto de educação ambiental em fórum de boas práticas incluso no programa oficial.

Na altura da adesão à rede, a fundamentação dos serviços sujeita, enquanto proposta, a deliberação municipal, salientava a necessidade de integração de Torres Novas num quadro de intervenção marcado pela globalização, focando a mais valia que poderia ser gerada pela troca de experiências com outros municípios. Entre as preocupações que se colocavam à gestão municipal, e que estavam na base desta participação no movimento das cidades educadoras, destaque para as questões da participação, da identificação e da mobilização dos cidadãos para as questões colectivas, entre outros problemas dos espaços urbanos na actualidade, como a fragmentação social, as questões ambientais e de ordenamento do território, ou a conservação e divulgação do património cultural.

Tratam-se de preocupações com as quais se procura algum tipo de resposta com o desenvolvimento de alguns projectos, nomeadamente: um projecto de actividades de enriquecimento curricular com preocupações de qualificação das aprendizagens, em condições de igualdade e de partilha de equipamentos públicos entre a comunidade escolar (educação formal); a realização de uma feira do ambiente, em colaboração com outras entidades e com o envolvimento de vários actores locais e nacionais a actuar na área (educação ambiental); e a estruturação de actividades e serviços educativos em equipamentos culturais da cidade, como o museu, a biblioteca ou o teatro municipal, reconhecendo as potencialidades educadoras da cultura e do património local (educação informal). Refira-se ainda que o município de Torres Novas, utilizando a experiência de outros municípios espanhóis e franceses, encetou também o processo de desenvolvimento de um projecto educativo de cidade.

Não obstante estes exemplos de actuação, reconhece-se a necessidade de aprofundar esta participação no movimento, ainda muito limitada aos serviços que estão mais directamente ligados à área de educação e cultura, sendo que, a Carta das Cidades Educadoras contém objectivos para as intervenções nos mais diversos domínios de intervenção municipal.

Como facilmente se conclui, a cidade educadora é uma construção utópica de referência para os municípios que a procuram. Contudo, a prática demonstra que esta mesma cidade, vai sendo construída aos poucos, individualmente em cada cidade associada, e como processo colectivo, por um conjunto crescente de cidades que, aderindo ao movimento, lhe acrescentam novas perspectivas e formas de actuação para os desafios que se colocam. Em

idades com problemas cada vez mais complexos e exigentes, garantir a sustentabilidade da vivência urbana, nos seus diversos domínios, é uma tarefa que exige repostas mais qualificadas, abrangentes e partilhadas, difíceis de conseguir sem o recurso às redes que, na cidade e entre cidades, se vão estabelecendo.